

## É HORA DA MUDANÇA TAMBÉM ACONTECER NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

### “Tudo como dantes no quartel de Abrantes”

Este é um dito popular em Portugal, cunhado no século XIX. Refere-se ao período da invasão francesa, comandada por Napoleão, às terras lusitanas, quando Dom João VI e sua corte fugiram para o Brasil. A primeira cidade a ser conquistada foi a pequena Abrantes e, de lá, as tropas francesas rumaram para a capital de Portugal (Lisboa). Não houve reação dos lisboetas, os quais esperavam algum sinal de comando do príncipe regente foragido para o Brasil à época. Como não se tinha previsão de mudança alguma na realidade de dominação francesa, perguntava-se ansiosamente: “como estão as coisas?”, com o intuito de saber se havia alguma “novidade” (reação) à vista. Eis que os portugueses, desiludidos com o cenário, diziam: “Tudo como dantes no quartel de Abrantes”.

A Comissão Nacional de Assistentes Sociais do INSS na FENASPS (CONASF), composta por membros legítima e democraticamente indicados para representar a maioria dos estados brasileiros, emite a sua mais recente nota de orientação à categoria das/os assistentes sociais no INSS. Esta nota de orientação, a primeira de 2023 e, a primeira no governo Lula, inicia a sua reflexão com este pequeno resgate histórico e ilustrativo ocorrido além-mar para constatar o óbvio motivo de uma ponta de frustração, ansiedade e revolta que, inicialmente, atinge a grande parte dos/as servidores/as do INSS, especialmente da categoria das/os assistentes sociais. Se, por um lado, em alguns Ministérios, devastados pelo projeto neoliberal e pela guerra ideológica do governo Bolsonaro, a força da mudança trazida pelo governo Lula ocorreu de forma animadora, empolgante e arrebatadora, a exemplo dos nomes indicados e das pautas materializadas para os Ministérios dos Direitos Humanos, da Mulher, da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, da Cultura, do Meio Ambiente, da Saúde, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento e Assistência Social etc., por outro lado, o que ocorre hoje no Ministério da Previdência Social é extremamente desalentador, visto que a sensação atual por parte do conjunto de servidores do INSS e, em particular, das/os assistentes sociais, é que as mudanças foram incipientes, quase nulas, sendo que algumas trocas representaram o velho esquema tático do “6 por meia-dúzia”.

Não há novidades e tudo continua igualzinho ao passado. Tudo permanece na mesma, sem perspectiva real, sem alteração. Como no Quartel de Abrantes, ainda esperamos algum sinal positivo que venha com as ondas da mudança. Hoje, seguramente, podemos afirmar que, no Ministério da Previdência Social e, particularmente, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o projeto Bolsonarista ainda reina soberano. Sabemos que o governo Lula está em seu início e tem ainda tempo para alterar a rota deste projeto, mas é preciso iniciar o quanto antes esta sinalização de mudança, pois, o tempo é um artigo de luxo do qual nenhum governo deve esbanjar ou subvalorizar.



É preciso compreender que hoje, quem comanda o INSS, desde a presidência do órgão a muitas composições de diretorias, coordenações-gerais, coordenações, divisões, seções etc., ainda é gente nomeada ou com forte ligação político-ideológica e alinhamento ao governo Bolsonaro. Aliás, há entre estas pessoas aqueles que, desde o governo do golpista Temer, transitam com desenvoltura pelas funções e cargos comissionados do MPS e do INSS. São os famosos “camaleões”, aqueles que defendem todos os governos, desde que permaneçam ou subam de funções, porém, continuando com os mesmos projetos e ações que destroem a função da previdência enquanto política pública de seguridade social, instrumento de proteção social e de transferência de renda para a classe trabalhadora no Brasil. Por aqui ainda esperamos que a Casa Civil utilize o mesmo “pente-fino” que, ao longo de 07 anos, foi utilizado contra os/as segurados/as, contra os usuários do INSS e contra nós, assistentes sociais. Fomos, neste período, uma das categorias profissionais (seguramente, não seria exagero algum dizer, “a categoria profissional”) que mais sofreram

com os ataques do governo Bolsonaro, particularmente no INSS. Primeiro, quando, ainda no primeiro ano daquele governo genocida, sofremos uma tentativa concreta de extinção, por meio da Medida Provisória nº 905/19, revertida pela rápida e fundamental mobilização da sociedade em defesa do Serviço Social na previdência e do projeto profissional que historicamente defendemos e, à duras penas, vimos construindo. Depois, pela interferência sistemática e permanente em nossas atribuições profissionais, impedindo, dificultando e cerceando o importante trabalho que realizamos cotidianamente no INSS junto aos usuários/as, impondo projetos de reestruturação produtiva como os programas de gestão de caráter produtivista (com foco na quantidade e ataque à qualidade dos serviços prestados à população usuária do INSS, principalmente aos mais pobres), o teletrabalho, a teleavaliação, a aplicação da avaliação “média”, a retirada de atividades técnicas importantes como a socialização de informações e as demais atividades externas junto à sociedade. Vimos ainda o aprofundamento do projeto “INSS Digital” (“Meu INSS”, a utilização ostensiva da “inteligência artificial - robôs”, a “central de atendimento 135” etc.) e de seus desdobramentos que, combinados com o fechamento de agências do INSS, a falta de servidores pela insuficiência ou não realização de concursos públicos, bem como pela imposição do teleatendimento na autarquia previdenciária, **contribuíram para aumentar o sofrimento da população usuária e resultou no tamanho da vergonhosa fila virtual que temos hoje, com 7,1 milhões de pessoas sofrendo à espera de um resultado do INSS, o que demonstra o total fracasso desse projeto.**

No Serviço Social na previdência, por exemplo, encontram-se dois representantes na cúpula da Direção Central do INSS e que não possuem qualquer legitimidade para ocupar estas funções em razão da complacência com os projetos contrarreformistas que já mencionamos, sendo meras correias de transmissão do projeto de desmonte da previdência social e do Serviço Social na previdência. São gestões autocráticas, autoritárias, que vivem em reuniões palacianas para vender, além de “ilusões” e de “soluções mágicas”, também o coro, a saúde e a paz das/os assistentes sociais do INSS, sendo incapazes de estabelecer um processo democrático de diálogo e construção coletiva, constituindo-se em verdadeiros empecilhos para uma mudança de fato da política institucional deixada como herança maldita pelos governos Temer e Bolsonaro para nós assistentes sociais do INSS. **A Coordenação de Serviços Previdenciárias (COSERP) e a Divisão de Serviço Social (DSS) DEVEM ser ocupadas por profissionais que representem de fato o pensamento e o projeto profissional democrático, participativo e à serviço da classe trabalhadora que historicamente defendemos.** E não somente estes. Também grande parte das Representações Regionais e locais do Serviço Social no INSS deve dar lugar a representações que não sejam

“alinhadas” ao atual projeto que se constitui em mais do mesmo de Temer e Bolsonaro. Afinal, como diria Albert Einstein (e não precisa ser nenhum gênio para constatar isso), *“Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”*.

Assim, o que estamos **reivindicando** ao governo do presidente e companheiro Lula – ao qual temos uma vinculação orgânica e histórica desde o “Congresso da Virada”, realizado em São Paulo, em 1979, no qual o próprio Lula esteve presente como homenageado e em diálogo político fecundo com a categoria profissional, sendo reafirmado ao longo de todas as eleições presidenciais que ele disputou ou das candidaturas que apoiou – **é que ouça a categoria das/os assistentes sociais do INSS, receba as nossas pautas, dialogue com suas/seus aliadas/os e possibilite que nós possamos pôr novamente o povo trabalhador no centro das atenções desse país, particularmente na previdência social**. Que inicie o processo da mudança na Previdência e no INSS, a começar por essa primeira reivindicação nossa: **substitua IMEDIATAMENTE as representações técnicas do Serviço Social na Direção Central do INSS em Brasília, colocando na gestão da COSERP e da DSS, ouvindo obviamente a base da categoria, representantes legítimos e que ponham um fim nos projetos de governos golpistas e genocidas**. Esta é a nossa primeira (mas não a única nem a última) reivindicação ao governo Lula, como demonstração de sua inclinação para a real mudança do caos que se instalou nos últimos anos no INSS e serviu de base de ataque para nós assistentes sociais da previdência. Salientamos ainda que, sempre que necessário, apontaremos os erros e faremos a crítica ao governo. Afinal, como o próprio presidente Lula falou, “o governo não precisa de puxa-sacos!”.

E, desde já, conclamamos a categoria das/os assistentes sociais do INSS a reiniciar e intensificar o processo de mobilização, articulação política, debates, reuniões e encontros para retomar o projeto profissional do Serviço Social na previdência, orientado por sua Matriz. Nesse sentido, a CONASF orienta que a categoria:

1 - Realize reuniões com parlamentares (senadores e deputados federais) alinhados ao projeto de sociedade e previdência social que defendemos, para dialogar sobre o caos no INSS, apresentar os seus “culpados” e solicitar apoio para as “mudanças” que o instituto precisa urgentemente passar, inclusive com foco na reivindicação contida nesta nota. Podem usar, para subsidiar seus argumentos, o Diagnóstico produzido pela FENASPS: **“Uma bomba-relógio chamada INSS: A urgente e necessária reestruturação da maior autarquia pública da América Latina”**;

2 - Não aceite imposições de mudanças de agenda, de aumento do número de atividades técnicas (particularmente de avaliações sociais e de socializações de informações) sem que antes este assunto seja debatido e “DELIBERADO” pelo Comitê Gestor Permanente dos Serviços Previdenciários, o qual é um espaço legítimo para essa decisão, mas que, lamentavelmente, há mais de 4 meses a gestão do INSS sequer convoca para uma reunião, com o nítido intuito de esvaziar o debate e impor autoritariamente a sua vontade sobre a categoria. Qualquer mudança, nesse sentido, que não passe por deliberação do Comitê, será um “GOLPE”, e deverá ser completamente rechaçado pela categoria e combatido por nossas entidades sindicais, por ferir o Termo de Acordo de Greve (2022);

3 - Organizem e realizem os encontros estaduais dos Serviços Previdenciários (Serviço Social e Reabilitação Profissional), dentro de suas realidades e possibilidades, até o mês de abril de 2023, debatendo os principais problemas que nos atingem, propostas e indicando nomes para a participação de Encontro Nacional da categoria, com indicação de realização em Brasília, com previsão para Junho de 2023 [\[conforme resolução n. 28 da plenária nacional da FENASPS de 11/03/2023\]](#), sendo realizado pela FENASPS e em articulação com o conjunto CFESS/CRESS, bem como para compor a CONASF. A programação com mesas, temas e palestrantes deverá ser publicizada até maio de 2023;

4 - Participem ativamente das Conferências Municipais e Estaduais que se iniciam este ano, com destaque para as Conferências das Pessoas com Deficiência, Idosos e da Assistência Social, apresentando propostas para que sejam encaminhadas à deliberação das Conferências Nacionais de cada área. Apresentem os problemas do INSS, mostrando a realidade do atendimento, a nossa atuação nesse enfrentamento e as soluções para os problemas.

A CONASF, em consonância com as orientações do nosso importante instrumento de luta, ou seja, a FENASPS, está atenta aos problemas que afligem a todas/os nós, trabalhadoras/es do INSS, atuando ativamente em cada um deles para propor soluções ao governo Lula, atuando para que as pautas da categoria estejam presentes em todos os espaços de debate. Por isso, a hora é de fortalecer a unidade, luta e resistência coletivas!!

Brasília-DF, 29 de março de 2023

**POR NENHUM DIREITO A MENOS! SÓ A LUTA MUDA A VIDA!**

**COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS NA FENASPS  
CONASF/FENASPS**